

Exmo. Senhor Presidente da Comissão
Parlamentar de Assuntos
Constitucionais, Direitos, Liberdades e
Garantias

Deputado Pedro Bacelar de
Vasconcelos

S. Bento, 12 de janeiro de 2018

Assunto: Audição da Senhora Ministra da Justiça relativamente à alegada possibilidade das funções desempenhadas por Guardas Prisionais passarem a ser também prestadas por outras entidades em regime de outsourcing.

Notícias hoje publicadas na imprensa portuguesa dão conta de que a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Justiça terá afirmado que o Governo está a estudar a atribuição de funções desempenhadas por guardas prisionais a outras entidades, em regime de outsourcing. Estas afirmações terão sido produzidas pela governante no âmbito de uma reunião de negociação com o Sindicato nacional do Corpo da Guarda Prisional dos novos horários dos guardas prisionais.

Para o Bloco de Esquerda, a ser verdade, trata-se de uma afirmação que se reveste de assinalável gravidade. Porque, a confirmar-se, ela significa que o Governo encara a possibilidade de privatizar áreas do sistema prisional. E, se é verdade que essa privatização – inaceitável para o Bloco de Esquerda – já hoje se regista, com reconhecido prejuízo dos serviços,

por exemplo, na prestação de cuidados de saúde nos estabelecimentos prisionais a sua incidência sobre a área de segurança atinge uma das funções absolutamente nucleares do sistema prisional.

O Bloco de Esquerda rejeita frontalmente qualquer cenário de privatização dos serviços prisionais. Por isso mesmo, e no sentido de que as referidas afirmações atribuídas à Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Justiça sejam cabalmente esclarecidas, vem o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requerer a audição da Senhora Ministra da Justiça na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição da Senhora Ministra da Justiça na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias.

O Deputado do Bloco de Esquerda,

José Manuel Pureza